

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O Estado Não É Uma Casta: O Escândalo Moral dos Privilégios Blindados

Publicado em 2026-04-01 12:43:27



Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- O caso da reforma de Mário Centeno reabriu o debate sobre regimes especiais e privilégios dentro de instituições públicas.
- O Banco de Portugal sustentou publicamente que a saída antecipada do ex-governador geraria uma poupança, e não um custo adicional directo para os contribuintes.
- Continuam, porém, por esclarecer em detalhe a fórmula de cálculo da pensão, os termos exactos do acordo e o impacto real da opção na percepção de justiça pública.
- Em Portugal, a confiança no governo central permanece abaixo da média da OCDE.
- A legitimidade do Estado enfraquece quando os cidadãos percebem que existem regimes protegidos para uns e sacrifício normalizado para os outros.



dos Privilégios Blindados

Não é apenas uma questão de dinheiro. É uma questão de decência republicana. Quando o Estado cria refúgios dourados para os seus, deixa de servir o povo e começa a servir-se dele.

Há momentos em que um caso concreto deixa de ser apenas um caso concreto. Torna-se espelho. Torna-se sintoma. Torna-se revelação. O episódio recente em torno da reforma de Mário Centeno, e da forma como foi defendido pelo actual governador do Banco de Portugal, não é apenas uma polémica administrativa. É uma janela escancarada para um vício mais antigo, mais fundo e mais corrosivo: a tendência do Estado português para criar, dentro de si, ilhas de privilégio moralmente blindadas e politicamente insultuosas.

O argumento técnico é conhecido. Não haverá, dizem, custo directo adicional para os contribuintes. Fala-se até em poupança potencial, como se a indignação pública pudesse ser neutralizada por uma folha de cálculo. Mas o escândalo não vive apenas nos números; vive no princípio. E o

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

conhecerá na sua vida.

É isto que ofende. Não apenas a legalidade possível do mecanismo, mas a sua legitimidade moral. Porque uma democracia não se sustenta só em regulamentos. Sustenta-se numa percepção de justiça partilhada. E quando o povo percebe que há um país duro, exigente e cheio de sacrifício para os de baixo, e outro país macio, técnico e benevolente para os de cima, a confiança apodrece.

O truque da legalidade sem vergonha

O poder gosta muito de se refugiar na legalidade quando a moralidade lhe foge por entre os dedos. Invoca-se o regulamento. Mostra-se a cláusula. Exibe-se a arquitectura jurídica. E depois insinua-se, com paternalismo burocrático, que a indignação popular resulta apenas de ignorância ou simplificação.

Mas uma coisa precisa de ser dita sem reverência e sem medo: um privilégio não se torna justo só porque foi legalmente desenhado. Uma regalia não adquire grandeza moral por ter sido formalmente aprovada dentro de uma instituição fechada sobre si mesma. A lei pode proteger direitos. Mas também pode, quando mal usada, embalar privilégios em papel timbrado.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

institucional e da responsabilidade perante quem financia, suporta e legitima o Estado.

O país real e o país protegido

No país real, milhões de pessoas trabalham décadas inteiras, descontam sem descanso, enfrentam carreiras precárias, salários limitados, impostos elevados e a ansiedade concreta do envelhecimento. No país protegido, pelo contrário, certas esferas do aparelho público parecem ter conseguido construir zonas de conforto quase imunes à rudeza da vida nacional.

Quando estes mundos colidem, o ressentimento não é populismo: é reação moral. O povo olha e percebe que a linguagem do sacrifício é para os outros, enquanto a linguagem dos “direitos adquiridos” e dos regimes especiais é reservada àqueles que têm acesso ao interior da máquina.

É por isso que a defesa pública destes casos soa tantas vezes a provocação. Não basta dizer que o dinheiro não vem directamente do Orçamento do Estado. Não basta apontar para fundos próprios ou para equilíbrios actuariais. Porque os cidadãos vêem o essencial: continuam a existir dispositivos institucionais especiais para proteger alguns

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Há, além disso, uma ironia particularmente amarga no facto de este debate envolver o Banco de Portugal. Os bancos centrais modernos reclamam, e com razão, independência, seriedade, rigor e credibilidade. A independência é necessária. Mas independência não é inacessibilidade moral. Autonomia não é licença para viver acima da sensibilidade republicana do país.

As melhores práticas internacionais insistem que instituições independentes precisam também de accountability, transparência e confiança pública. A autoridade técnica não dispensa o dever de explicar; pelo contrário, agrava-o. Quando uma instituição desta natureza comunica com arrogância defensiva ou com slogans excessivamente convenientes, destrói precisamente o capital simbólico que diz querer proteger.

E aqui a frase “os portugueses não pagarão nem um cêntimo” entra para a galeria do cinismo semântico. Não porque seja necessariamente falsa no sentido contabilístico mais estreito, mas porque é politicamente desenhada para sugerir inocência plena onde existe, no mínimo, uma questão séria de justiça distributiva e de privilégio institucional.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

fundamento moral é a ideia de que ninguém deve viver acima do escrutínio comum só porque ocupa determinado lugar na engrenagem pública. Quando o Estado começa a reproduzir internamente mecanismos de exceção para os seus, a forma republicana permanece, mas o espírito republicano começa a esvaziar-se.

É nesse ponto que a legalidade já não basta. Pode haver base regulamentar, pode haver pareceres, pode haver aprovações internas. Mas se o efeito final é o reforço de uma distância obscena entre governantes e governados, entre gestores públicos e povo contribuinte, então o dano político e moral está feito.

Uma democracia pode sobreviver a erros administrativos. O que a corrói lentamente é outra coisa: a sensação de que existe uma moral dupla. Uma para quem paga. Outra para quem manda. Uma para a maioria. Outra para os instalados.

O despotismo sem coroa

Nenhum regime moderno se apresenta como despótico. Os déspotas contemporâneos usam palavras mansas, relatórios elegantes, vocabulário técnico e justificações procedimentais. Não governam com ceptro; governam com opacidade, rede e

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

se apresenta como abuso. Apresenta-se como normalidade institucional. Não grita. Insinua-se. Não fere com brutalidade visível. Corrói devagar. Vai ensinando ao cidadão comum que há, de facto, uma aristocracia sem título formal, uma oligarquia de regulamento, uma nobreza burocrática que se protege por dentro enquanto fala ao país em nome do interesse geral.

E assim se instala a pedagogia do cinismo: os honestos sentem-se ingénuos, os contribuintes sentem-se usados e o poder sente-se confortável. Nada disto é saudável. Nada disto é digno. Nada disto combina com uma República que se pretenda adulta e respeitável.

O que seria a resposta decente

A resposta decente não seria fechar-se em tecnicidades. Seria abrir tudo. Explicar tudo. Mostrar tudo. Tornar públicos os critérios, as fórmulas, os fundamentos, os custos, as comparações, as actas, a racionalidade inteira da decisão. E, sobretudo, aceitar a pergunta fundamental: é isto justo perante o país real?

Uma democracia madura não teme esse tipo de pergunta. Pelo contrário, sabe que é dela que depende a confiança pública. O poder só se torna respeitável quando admite que a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

de opacidade institucional seguida de comunicação defensiva. Primeiro decide-se. Depois fecha-se. Só por fim, quando a indignação explode, aparece o discurso técnico que tenta reduzir um problema político e moral a um mal-entendido de contabilidade.

Conclusão

O escândalo não é apenas o possível privilégio. O escândalo é a normalização do privilégio. É a convicção tranquila de que uma minoria de aparelhos públicos pode criar para si mecanismos especiais e depois esperar que o país aceite tudo isso com compostura.

Não. Um Estado digno não é uma casta. Uma função pública séria não é um refúgio dourado. E uma República verdadeira não pode pedir sacrifícios permanentes aos muitos enquanto tolera, com linguagem técnica e superioridade burocrática, benefícios especiais para os poucos.

A verdadeira pergunta não é apenas quanto custa. A verdadeira pergunta é outra, e é mais grave: que tipo de regime moral estamos a construir quando o Estado se transforma num santuário de exceções para os seus?

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

a forma civilizada de um despotismo sem coroa.

Referências

1. Renascença, *Reforma de Mário Centeno. O que ainda falta saber?*
2. ECO, *Reforma de Centeno. Banco de Portugal poupou 2,2 milhões de euros, diz Álvaro Santos Pereira*
3. Renascença, *Reforma de Centeno no Parlamento. Aprovada audição ao governador do Banco de Portugal*
4. Banco de Portugal, *informação sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal*
5. OECD, *Survey on Drivers of Trust in Public Institutions 2024 – Portugal*
6. OECD, *Government at a Glance 2025 – Portugal*
7. ECB, *The ECB's accountability to the European Parliament 2019-2024*
8. ECB, *Ethics – working with integrity*

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Uma democracia deixa de o ser quando o Estado cria para si direitos que nega, na prática, ao povo que o sustenta.



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)